
DATA: 06/12/2017

HORÁRIO: 19:15 hs

LOCAL: Praça da Sé, 385, 2º andar – Prédio da OAB

PRESENÇA: Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Estudos sobre Instituições Financeiras, advogados Marcio Calil de Assumpção OAB/SP nº 117.890, Paulo Sergio Braga Barboza OAB/SP nº 97.272 Membros da Comissão, cf. lista de presença que circulou durante a reunião, Convidados.

ORDEM DO DIA / DELIBERAÇÕES:

Aos seis dias do mês de Dezembro de 2017, com início às 19:15 horas, no “Prédio da OAB” ocorreu a reunião com os integrantes da Comissão de Direito Bancário. A reunião foi aberta e presidida pelo Presidente da Comissão, advogado Marcio Calil de Assumpção, observando a seguinte ordem do dia:

(i) EXPOSIÇÃO E DEBATES SOBRE "NOVA LEI QUE REGULA O PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR NO ÂMBITO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL - LEI 13.506/2017" proferida pelo Advogado Dr. Tiago Severo Gomes (Convidado da Comissão). Em síntese, a exposição abordou: (i) em relação às PESSOAS (físicas e jurídicas) são atingidos por esta Lei 13.506/17 as instituições financeiras, os Consórcios, as Corretores e DTVMs, as Associações de
Poupança, as Câmaras de Compensação e Liquidação (SPB), demais instituições supervisionadas pelo BACEN e as pessoas naturais: administradores, diretores, membros do conselho de administração, conselho fiscal, comitê de auditoria e órgãos previstos nos estatutos sociais das instituições já mencionadas neste item; (ii) em relação às INFRAÇÕES, a supervisão do BACEN é baseada no risco e as infrações (omissivas e comissivas) definidas na nova Lei são punidas com as seguintes penas: admoestação pública, multa (teto de 2 bilhões ou 0,5% da receita), inabilitação (máximo 20 anos), proibição de prestar determinados serviços, proibição de realizar determinadas atividades, cassação de autorização; (iii) as penalidades estão reguladas nos artigos 5º, 7º e 10º a Lei 13.506/17 e na Circular/BACEN 3.857/17; (iv) a circular 3.857/17 prevê circunstâncias agravantes e atenuantes das penalidades; (v) o critério de dosimetria da pena (art. 58 da Lei) observa a mesma metodologia do processo penal, qual seja, pena base, circunstâncias agravantes, circunstâncias atenuantes, resultando na pena fixada; (vi) previsão na nova Lei de celebração de Termo de Compromisso no âmbito do BACEN, semelhante ao que já existe hoje para os processos administrativos na CVM. Encerrada a exposição houve debates entre os participantes da reunião.

(ii) EXPOSIÇÃO E DEBATES SOBRE "REFORMA NA LEI DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS - Texto do Ministério da Fazenda" proferida pelo advogado Dr. Marcio Calil de Assumpção (Membro da Comissão). Em síntese, a exposição abordou: (i) uma visão geral do texto de projeto de lei elaborado pelo Ministério da Fazenda (fruto dos debates com o grupo de trabalho e com os setores da sociedade) e que ainda se encontra no Poder Executivo aguardando.
para encaminhamento ao Congresso Nacional; (ii) foram abordados
dentro do projeto alguns temas que ainda carecem de mais debates e
talvez revisão, antes do envio ao Congresso Nacional, como a
necessidade de previsão de antecipação de vencimento das operações
de derivativos, com permissão de compensação e liquidação por
diferença das operações para, ao final, se apurar se as recuperandas
são credoras ou devedoras dos derivativos e se obter qual o valor, se a
débito ou a crédito, remanescerá no momento da RJ, (iii) o stay
period foi alongado no projeto dos atuais 180 dias para 210 dias, com
possibilidade de maior alongamento a depender da assembléia de
credores – essa disposição prorroga indefinidamente o prazo das
recuperações judiciais; (iv) o projeto traz ainda previsão de ineficácia
absoluta de atos praticados pela recuperanda nos 90 dias anteriores à
RJ, em semelhança ao que já existe no processo de falência – essa
previsão retira segurança jurídica dos negócios celebrados pela
recuperanda nos 90 dias que antecedem sua RJ e foi objeto de críticas
– neste ponto melhor seria uma previsão de ineficácia relativa
(equivalente à ação revocatória na falência); (v) o projeto ainda traz a
possibilidade do administrador denunciar contratos que a juízo dele
inviabilizem a RJ; (vi) consta também do projeto a possibilidade de
afastamento do voto abusivo por credor, sem definição clara de quais
os critérios para se identificar essa abusividade, o que preocupa o
mercado pelo alto grau de discricionariedade para esse dispositivo,
que fica quase no status de cláusula geral; (vii) o projeto por um lado
termina com o prazo de 2 anos para cumprimento da RJ, hoje
existente, mas em contrapartida permite que a recuperanda, mesmo
depois de aprovado o plano, possa apresentar novo plano, alterando
as condições do plano anteriormente aprovado, na prática, a
recuperação nunca terminará e isso retira e muito a segurança jurídica.
para novos negócios com empresas em recuperação. Encerrada a exposição houve debates entre os participantes da reunião;

(iii) ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE DA COMISSÃO. Dada a palavra aos presentes em “Assuntos Gerais de interesse da Comissão”, o Presidente da Comissão reforçou o pedido para criação de um banco de dados com precedentes em direito bancário, em consonância com os objetivos da Comissão, para disponibilização no site da OAB; houve também debates sobre a realização do SIMPÓSIO DE DIREITO BANCÁRIO, a ser estruturado para 2018. Também como objetivo para 2018 o Presidente destacou que os temas abordados nas reuniões da Comissão serão objeto de coletânea e os artigos serão concentrados em um livro de estudos da Comissão, para publicação ainda em 2018.

(iv) ENCERRAMENTO. Após as exposições, o Presidente da Comissão cumprimentou os palestrantes, agradeceu a presença e as manifestações de todos e declarou encerrada a reunião.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, assinada pelo Presidente e pelo Vice-Presidente da Comissão, que atuaram respectivamente como Presidente e Secretário na reunião.

Marcio Calil de Assumpção  
Presidente

Paulo Sérgio Braga Barbosa  
Vice-Presidente
4. Formas alternativas de resolver conflictos
3. Penalties
2. Infracciones
1. Pessonas
1. Pessoas
Advogados
PineiroNeto

Social
no estatuto ou contrato
Outros órgãos previstos
Comitê de Auditoria
Conselho Fiscal
Conselho de Administração
Diretoria
Administradores
Prestadores de Serviço de
Associações de Poupança e
Instituições de Arrematação

Pessoas Naturais

Instituições

Pagamentos Brasileiros
Integração do Sistema de
Superintendência pelo BACEN
Demais Instituições
Instituições Financeiras

Artigo 2°
2. Infrações
Infrações Administrativas

Comissivas Omissivas

Graduação infralégal

Supervisão Baseada em Risco

Graves
Cassadço de auctorizagão
Proibição de realizar
determinadas atividades ou modalidades de operações
Proibição de prestar
determinados serviços
Indivisibilidade (max. 20 anos)
Multa
Admoestação pública

Novembro de 2017.

Supriam previamente a Lei n.º 13.305, de 12 de
comunicação e acordo administrativo em processo de
avaliação das condições para aplicações de medidas de penhora, o Lema de
riscos sobre o título do processo administrativo

CIRCULAR N.º 3.852, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Circular no. 3.857/17
Artigos 50-70 e 100, Lei no. 13.506/17
1 - Realizar operações no sistema financeiro, no sistema de consórcio e no sistema de mercado.

2 - Desacordo com os prazos e condições estabelecidas em normas legais ou regulamentares.

3 - Opção de compra, embargação e fiscalização do Banco Central do Brasil.

4 - Denúncia de parte do consórcio dos artigos 25 e 69.

5 - Autorizações concedidas pelo Banco Central do Brasil.

6 - Realizar operações com atividades vedadas.

7 - Rejeiamento em desacordo com as regulamentações e práticas de mercado.

Advogados

Pinheiro Neto
PROPECIA OU OFERTA, PESOS ou PESOS PARA TERCEROS, VANTAGENS IMEDIATAS
SOM - SIMILAR ou ESTRUTURA OPERACIONAL SEM FUNDAÇÃO ECONÔMICA, COM O OBJETIVO DE

PROPRIÓ ou TERCEROS, EM PREÇOS DESONTENTES DOS PRACTICADOS NO MERCADO, EM PREJUÍZO
VIII - NEGOCIAR ITÉLIS, INSTRUMENTOS FINANCEIROS E OUTROS ALIROS, EM REALIZAR OPERAÇÕES DE CRÉDITO ou

VI - OUTRAS COMO ADMINISTRADOR ou MEMBRO DE GRUPO PREDOTADO EM ESTRUTURA ou NO CONTRATO

CENTRAL DO BRASIL
SOCIAL ou PASSO MEXICANO no CARGO DE OUTRAS, 2º DEZEMA LEMEM I. A. PREDIA PREDOTADO pelo BANCO
A partir de demonstrações contábeis ou financiadas falsas ou incorretas

comprova-se a pessoa moradora no Código de Processo Civil, de qualquer forma.

II - Distribuir divindos, pagar juros sobre capital próprio ou de qualquer outra forma,

III - Inscrição ou manter registros ou informações falsas ou incorretas

de pessoa moradora no Código de Processo Civil, de qualquer forma.
Advogados
PINEIRO NETO

Imprimiria de 2 a 10 anos
Multa mínima R$ 1.000 e R$ 2.000 + Juros e Multas de acordo com a
Multa entre R$ 2.000 e R$ 5.000 + Juros e Multas de acordo com a
Adereço em Acesso

XVII - DESCUMPRIR NORMAS, LEIS E REGULAMENTOS

Comissivas

Adendo a base em sua competência

XVIII - DESCUMPRIR DETERMINAÇÕES DO BANCO CENTRAL, DO BRASIL, E SUAS RESPECTIVAS PRATAS.
OMISSIVAS

IV - Deixar de fornecer ao banco central os dados ou informações cuja...

III - Deixar de agir com diligência e prudência na condução dos interesses de pessoa meridional no caput do art. 20 desta lei.

II - Deixar de adotar controles internos destinados a consoante o sigilo de que trata a lei.

Complem. no 10 de 20 de junho de 2001.

Admissibilidade de 3 a 6 anos.

Mulher, ente R$ 1.000 e R$ 2.000,00 + adulto de 8 a 12 anos.

Admissibilidade de 3 a 6 anos.

III. Deixar de responder às perguntas de admissibilidade, considerando-se os requisitos de idade, estado civil, eftet, com provas eidentíficas de interesse.

IV. Deixar de fornecer ao banco central os dados ou informações cuja...
Constituem infrações graves... que produzam o possam produzir qualquer dos seguintes efeitos:

1. Embaraço do SFN, do SC ou do SPB
2. Severamente afindidade em a continuidade das atividades ou das operações no
3. Cartão 2º; e
dificuldade o conhecimento da real situação patrimonial ou financeira das pessoas
4. Estabilizado ou o funcionamento regular do SFN, SC, SPB ou do mercado de
capitais
5. Contribuir para gerar indisciplina no mercado financeiro ou para alterar a
estrutura patrimonial das pessoas (artigo 2º)
6. Causer danos à liquidez, à solvência ou à hipótese de assumir risco incompatível com a
3. Penalidades
Circular BACEN no. 3.857/77
Arbitrago 50-70 e 100, lei no. 13.506/17
Arbitrago 44, lei no. 4.595/64
Resolução CMN no. 1.065/85

Cassagsão de autorização

Inabilidade (max. 20 anos)

Inabilidade ou modalidades de operações atividades ou modalidades de determinações

Proibição de realizar

Proibição de prestar determinados serviços

(ano anterior ao da infração)

Receita de serviços e produtos financeiros no

Multa (teor de R$ 2 bilhões ou 0.5% da

Admoestação publica

Depois

Antes

Cassagsão de autorização

Inabilidade (max. 10 anos)

Suspensão de exercer cargo

Multa (teor R$ 250 mil, IFS)

Advertência
Acordo de Processo de Supervisão
*Essa avenuante não pode ser utilizada em sede de
Proibição de Prestar - I e no
Proibição de Realizar - I e no
Imobilização - I e no
Multa - 20% por avenuante

Para cada avenuante:

BACEN
-Registro/indicabão de infração ante da sua detecção pelo
-Boas atendentes
-Comunicação priorizada ao BACEN
-Correção dos medimentos de infração mediante fraude ou
-vantagem anterior ou pretendida pelo infractor
-segmento de órgão ou agência do órgão ou entidade
-práticas sistemáticas ou referendas
-Relinquiência

Agravantes (art. 55)

Circular n° 3.857/17
Não pode exceder a ½ do valor do tempo da pena-base

Fixação pena em concerto (art. 58)
Pondereado

Limitadoras (art. 59) c.c. Anexo I ("fator de

Memor Valor

25% do capital

Bank Central

Regulations of the

Institutions and
care of the

Institutions

Advisers on

Others of the

Consultants to

Directors,

Members da,

Administradores,

Judiciars (Part. 20)

Demais pessoas

$5,000.000,00

$10,000.000,00

Not regulated during the period 
Financial Institutions 
as Institutions 
Savings Account 
Monthly + 25% of Value

$5,000.000,00

$5,000.000,00
4. Formas alternativas de resolver conflitos
Pinceladas

Riscos de Contaminação

Supervisão

Acordo em Processo de

Termo de Compromisso

Ou outros sistemas

Instrumnetos Importadores de

Alterações ao Litigio

Regra nova para o BACEN

Informações com MP

Compartilhamento do
**Termo de Compromisso**

Não há necessidade de compromisso de culpa.

Circular náo deixe claro se a Proposta JG deve conter sugestão de Clausula Penal.

Relaçoes a Lei de Lavação de Dinheiro:

Tentar com autos apartados e não se aplicar para "Frogs" graves.

Instalar, inclusive antes da instauração do PAS.

Pode ser Proposta a qualquer momento antes da Prolação de decisão de primiera instância.

Terceiro do Compromisso.
PINHEIRO NETO

art. 86 da Circular n° 3.857), que seria documento de acesso restrito.

O plenário apresenta a proposta, mas o BACEN que prepara o histórico da conduta

- apresenta a opção autorizada;
- comunica sobre as propostas de acordo sobre a mesma prática;
- propor um e
- documentos que comprovem a existência de infração e as allegações do
- Duração estimada:
- detalhes da infração e identificação de seus autores;
- Quilometragem completa do projeto;

A proposta deve ser apresentada por escrito (meio físico ou eletrônico) e contêndo:

Caso já haja PAS em curso, pode ser proposto até a decisão de primeira instância.

demais autores, e (III) exige confissão de culpa.

quaisquer momento ainda da infração em PAS, (III) exige a identificação dos
instaurado proximo ao acordo de lenitencia no CADE: (I) pode ser proposto a

Acordo Administrativo em Processo de Supervisão
PRESUNÇÃO

Por causa de obrigação de reparar o dano porventura causado.

A celebração de acordo administrativo em processo de supervisão não exime a

OS administradores e ex-administradores também poderão arrepetar posta,

caso em que os efeitos do acordo não se estendam a pessoa jurídica.

A despesa produzida nos mesmos efeitos da assinatura em conjunto;

aderem ao acordo:

Estendem-se os efeitos do acordo aos administradores e ex-administradores que

recebimento da proposta (art. 84 da Circular no 3.857/)

acordo administrativo em processo de supervisão em até 45 dias, contados da data de

crêem o grego colegiado específico para decidir sobre o acordo

Acordo Administrativo em Processo de Supervisão
<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>Terço de Compromisso</strong></th>
<th><strong>Acordo em Processo de</strong></th>
<th><strong>Compromisso de cessar a prática</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Nâo</strong></td>
<td><strong>Sim</strong></td>
<td><strong>Sim</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Nâo</strong></td>
<td><strong>Nâo</strong></td>
<td><strong>Sim</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Nâo</strong></td>
<td></td>
<td><strong>Não há previsão legal</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Interesse em encerrar o PA envolvidos assentamento e condonar aos presos que ressarcirem de forma parcial**

**BACEN**

**Requisitos para assinatura pelo BACEN**

**Colaboração e necessidade?**

**Primeira a reparar?**

**Precisa confessar?**

**Qual a redução?**

**Quem são os beneficiados?**

**Informações**

**Compartilhamento de**

**E condenáveis?**

**As propostas são condenáveis?**

**Admnistrativa apenás outras autoridades**

**ou propostente deve informar ao BACEN e às autoridades competentes e MP pode regularizar informações. Além disso, BACEN deve informar ao MP e demais autoridades.**
Resumo